

A LIBERDADE ROMÂNTICA EM DISCURSO: UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA ÁRABE NAS LETRAS ESCRITURAIS DE CASTRO ALVES

ROMANTIC FREEDOM IN DISCOURSE: STUDY OF THE ARABIC INFLUENCE IN THE WORK OF CASTRO ALVES

Valter Luciano Gonçalves Villar¹
Arthur Ribeiro Costa e Costa²

RESUMO

O trabalho descreve, na obra de Castro Alves, os efeitos discursivos da influência árabe e islâmica. Descrevem-se os contatos do autor com os malês, escravos islâmicos, com Luíza Mahin, líder abolicionista, e com o poeta Luiz Gama, bem como suas referências ao poeta árabe Antar Shaddad. Procuramos reconhecer as marcas africanas, especialmente as relativas à liberdade e à identidade, na obra castroalvina. Filiando-nos à análise do discurso, defendemos que as referências árabes e islâmicas em Castro Alves estabelecem uma posição discursiva de assimilação do mito fundador da nação árabe a serviço da ruptura com as discriminações étnicas e de classe.

Palavras-chave: Castro Alves, Influência árabe, Análise do discurso.

ABSTRACT

This paper describes, in the work of Castro Alves, the discursive effects of Arabic and Islamic influences. We trace the contact between Castro Alves and the Malês, islamic slaves, Luíza Mahin, leader of the abolishment movement, and the poet Luiz Gama, as well as his references to Arab poet Antar Shaddad. We look forward to discover the marks from Africa, especially on the themes of liberty and identity, in the work of Castro Alves. Working with discourse analysis, we defend the idea that Arabic and Islamic references in Alves establish a discursive position of assimilation of Arabic nation's foundation myth, serving the rupture with ethnical and class discrimination.

Keywords: Castro Alves, Arabic influence, Discourse analysis.

Introdução: o dito e o a dizer sobre Castro Alves

Na história da crítica literária brasileira, muito já foi dito sobre o baiano Antônio de Castro Alves. Os principais autores do campo não se furtaram a comentar a obra do poeta, cada um salientando nela um aspecto específico. À abordagem de Silvio Romero

¹ Doutor em Literatura e Cultura Brasileira pela UFPB. Professor Adjunto na Universidade do Estado do Amazonas - CESTB/UEA e é membro do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP/UEA. E-mail: valtervillar@gmail.com

² Mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará (2018). Professor da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: arcsilva@uea.edu.br

poderíamos certamente chamar de psicológica, por privilegiar o desejo de expressão do autor e o conteúdo principal de suas ideias poéticas, nas quais, segundo Romero (1980, p. 1290), ressaltam “o lirismo gracioso dos amores, das paixões, das efusões particulares, e o cantar brilhante do socialista, do democrata social”. Não é exagero afirmar que António Candido aprofunda esta mesma abordagem, já que este chega a apontar, quase denunciando, uma “simplificação da personalidade poética pela opinião” (CANDIDO, 2014, p. 583) na obra de Castro Alves, frisando ainda que, nela, “a psicologia do poeta criador se identifica em profundidade com o ritmo da vida social, determinando a referida projeção dos dramas do *eu* sobre o mundo” (CANDIDO, 2014, p. 584). Indo noutra direção, Afrânio Coutinho problematiza mais de perto a estética castroalvina, encontrando nela, ao mesmo tempo, uma posição face ao romantismo, com a retomada da herança de Álvares de Azevedo em detrimento da afirmação classicista vigente à época, e uma visada inaugural diante do realismo, caracterizada pelo

despojamento de chavões ultra-românticos, o desaparecimento paulatino de adjetivos expletivos, a busca de imagens novas, maior poetização da linguagem (às vezes em detrimento do assunto) e a atribuição de um sentido pessoal e específico ao vocabulário. Em suma, a descoletivização e a depuração do poético, estabelecendo-se um elo mais firme, léxico ou metafórico, entre o significante e o significado. (COUTINHO, 1969, p. 203)

Sem dúvida, essa fortuna crítica, à qual poderíamos juntar ainda outros autores, tem sua contribuição à análise da obra de Castro Alves, propondo olhares até hoje passíveis de estudo e aprofundamento. Não se pode deixar de perceber, porém, que há um posicionamento subjacente, mais ou menos evidente, em todos esses estudiosos: o da integralidade da consciência do autor, que seria a agência principal do posicionamento da obra diante dos movimentos artísticos e do tempo histórico. Desse ponto de vista, os acontecimentos factuais e a materialidade textual adquirem entre si relação de evidência, e as possíveis contradições e incoerências de uma análise sobre a obra são naturalizadas³. Se, contudo, partimos da ideia de que literatura é antes de tudo linguagem e, como tal, compartilha com os demais tipos de texto seu funcionamento assentado em uma estrutura sócio-histórica e ideológica, reencontramos no texto literário a divisão da subjetividade, a equivocidade e a presença do inconsciente,

³ Sobre isso, é revelador, quicá espantoso, o comentário de Afrânio Coutinho, ao afirmar o duplo posicionamento da obra de Castro Alves: “A eventual contradição latente nesse duplo aspecto não deve surpreender-nos, numa obra, qual a castroalvina, onde as contradições são numerosas”.

aspectos a partir dos quais a obra de um autor pode ganhar contornos inéditos e surpreendentes.

Dessa forma, o presente estudo trata de uma leitura das letras escriturais de Castro Alves sob a ótica da análise do discurso. Mais especificamente, pretendemos revelar, na obra do poeta, as marcas textuais e os efeitos discursivos da influência árabe e islâmica, demonstrando a continuidade que nesse aspecto existe entre a poesia e as narrativas deste autor, e que sua arte não está restrita ao campo sincrônico da militância política contra a escravidão africana e pela democratização da participação social em terras brasileiras. Se não se pode questionar a verdade histórica da associação de Castro Alves com os movimentos de libertação e a presença desse tema em sua obra, pode-se verificar de que maneira as referências do mundo oriental são postas em jogo em seus textos de modo a sustentar discursivamente este posicionamento. Perseguimos, deste modo, uma leitura possível, mas poucas vezes enfatizada, da obra castroalvina, buscando na teoria do discurso modos de análise que nos auxiliem nesse exercício, com o que esperamos dar uma contribuição original ao campo da crítica da literatura brasileira.

De modo a propor uma leitura mais fluida, a sequência do texto está estruturada em três partes, a primeira destacando as concepções da teoria do discurso a respeito da natureza do texto, da literatura e da consciência do sujeito; a segunda, construindo mais de perto a leitura das referências árabes da obra de Castro Alves e analisando os efeitos discursivos ocorridos a partir delas; e a terceira, propondo conclusões e reafirmando nossas posições no campo dos estudos literários. Como, porém, não assumimos a ideologia da linearidade e da integridade do conteúdo textual, não deve haver surpresa se as partes do texto se interpenetram e se repetem.

Literatura é linguagem, linguagem é discurso

Falar da posição da análise do discurso em relação à língua e à literatura demanda sobretudo que se entenda o lugar dessa teoria em relação às análises formalistas, interacionistas e historiográficas. Estas, elaboradas em torno de um projeto de produzir ciência a partir dos fatos de língua e de cultivar o valor social das obras literárias, precisaram, ao longo de seus percursos, realizar cortes epistemológicos que fabricaram seus objetos de conhecimento e sedimentaram certas concepções sobre o que

seria língua e literatura. Desse modo, cria-se a noção de que “língua” seria, dependendo da teoria, um sistema de signos estruturado, uma competência cognitiva ou um sistema ativado e continuamente reconstruído pela função interacional, enquanto “literatura” seria um conjunto de obras consagradas, um uso particular da linguagem reconhecível em textos, dentre outros conceitos. Cada uma dessas concepções sobrevive de maneira mais ou menos explícita no campo dos estudos da linguagem até hoje.

A análise do discurso, por sua vez, surge menos como uma nova teoria a se contrapor às demais tradições do que como uma visada panorâmica sobre elas, em uma tentativa de revelar seu caráter de construção sócio-histórica e ideológica. Assumindo que a língua é equívoca, o locutor não é dono do dizer e da interpretação e os sentidos não são estáveis, a AD busca, ao discutir os demais pontos de vista sobre a linguagem, mostrar como cada um deles realiza seu projeto de saber não apenas por meio de novas descobertas sobre os dados, o que parece o caso em uma concepção linear e progressiva do conhecimento, mas por meio de rupturas e desvios construídos a partir de posicionamentos ideológicos em uma conjuntura histórica. Assim, o principal projeto deixa de ser a crítica da validade de métodos e argumentos científicos e passa a ser a recuperação e descrição dos dados históricos e dos processos ideológicos que permitiram a emergência de certas ideias, bem como a forma como estes se manifestam na materialidade textual, já que o texto tem “uma materialidade simbólica própria e significativa, (...) uma espessura semântica” (ORLANDI, 2001, p. 18), dadas justamente devido à língua estar impregnada de ideologia.

Para o campo da literatura, que nos interessa mais aqui, talvez o principal descentramento trazido pela AD seja em relação à figura do autor. A análise literária mais tradicional, como dissemos acima, coloca o indivíduo autor em um local privilegiado de elaboração do texto; ele é o responsável último pela composição da obra, e é a sua intenção que deve ser perscrutada para se atingir as camadas de sentido. A teoria do discurso, indo em outra direção, nega que o autor seja o dono de sua própria palavra: na confluência entre linguagem e ideologia, surge “um autor que dizia sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer” (POSSENTI, 2009, p. 359), ou seja, um autor ao qual escapa a totalidade da interpretação, pois, por um lado, a própria elaboração de um texto se sustenta sobre uma base ideológica que parece evidente (sem que o seja) a quem o produz e, por outro, as mudanças nas condições de

produção, na situação histórica e ideológica, ocasionam leituras diversas; não há, nem pode haver, estabilidade total do que se entenderá a partir um texto. Dominique Maingueneau propõe uma concepção de autoria literária para a teoria do discurso, dando a ver a importância de considerar a polêmica, a paráfrase, a polissemia e a ruptura nesse ponto de vista:

Para os escritores, o exercício do discurso literário não é, então, a entrada em um mundo onde as obras dialogariam pacificamente. A criação vive desses gestos pelos quais o escritor rompe um fio, sai do território esperado, desloca, desvia, exclui ou ignora, reavalia outras obras... a própria noção de “posicionamento” implica uma relação triangular: é se confrontando a posicionamentos concorrentes que o criador define suas próprias trajetórias no intertexto. Dessa forma, ele indica qual é para ele o exercício legítimo da literatura. (MAINGUENEAU, 2005, p. 20-21)

Note-se a palavra utilizada pelo autor para falar do que o escritor faz: *gestos*. Termo muito usado e nem sempre compreendido na AD, este se aproxima propositalmente de uma ação cotidiana e pouco planejada. Assim como um gesto é espontâneo, quase um reflexo derivado de condicionamentos cognitivos e culturais, o autor também entra no interdiscurso, no universo de dizeres que possibilitarão sua criação, de maneira condicionada pela história e pela ideologia. De maneira semelhante, assim como um gesto é convencionalizado arbitrariamente e aceito de maneira tácita em uma cultura (não se questiona por que o movimento da cabeça quer dizer “sim” ou “não” de acordo com o eixo em que acontece), também a criação literária, para entrar em circulação em um determinado meio social, precisa carregar diversas marcas convencionais que produzem seus efeitos no leitor sem que este se dê conta de em que de fato elas consistem. Mas, por outro lado, assim como o gesto pode ser também polêmico, questionado, desorganizador da estabilidade comunicativa, também na literatura isso acontece: muitas obras memoráveis assim se tornaram justamente pela iconoclastia, pelo investimento contra a tradição e os costumes comuns. Tudo isso será importante para uma análise do discurso literário; em tudo, a AD investigará a ideologia funcionando e as relações históricas se construindo pela palavra.

Ao discutir o que cabe ao autor, é inevitável também falar de *formação discursiva*, conceito que surge na AD justamente para questionar a liberdade do locutor em impor à linguagem o “seu” sentido. A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito (PECHÊUX; FUCHS, 2014), ou seja, formata um conjunto de concepções

e normas, expressas em palavras anteriores, às quais um indivíduo inconscientemente se assujeita, de modo que suas palavras possam fazer sentido. É isso que Eni Orlandi quer dizer com seu célebre hermetismo: “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2001, p. 33). Dessa forma, o texto em si (a materialidade linguística) e a formação discursiva na qual ele se constitui se relacionam mutuamente, pois as palavras e frases recebem sentido das palavras anteriores e ao mesmo tempo permitem que se identifique o caminho feito pelo sujeito por entre essas palavras anteriores. É precisamente este percurso que representa o “posicionamento” de que fala Maingueneau; como dissemos em texto anterior, “Quando o percurso do indivíduo pelo interdiscurso é materializado pela linguagem, (...) pode-se analisar a subjetividade do ponto de vista do discurso, apontando as formações discursivas que os indivíduos mobilizam para sua enunciação” (SILVA, 2021, p. 186). É por este raciocínio que se pode compreender a diferença fundamental entre a abordagem de subjetividade da crítica literária tradicional e a dos estudos discursivos: subjetividade como vontade consciente materializada, dedutível de uma inquirição à biografia e à pessoa do autor, naquela, e subjetividade como manifestação do inconsciente, dedutível via análise e construção de elos não-arbitrários entre texto e formação discursiva, nesta.

A partir dessa problematização teórica, e atendendo ao objetivo principal deste estudo, pode-se traçar um plano de investigação da obra de Castro Alves que nos auxilie a encontrar nela os indícios de uma filiação discursiva à história e à cultura árabe. Guiaremos-nos pelas seguintes questões: que dados históricos e biográficos do autor nos ajudam a recompor uma possível formação discursiva árabe presente no interdiscurso castroalvino? Que indícios textuais da obra de Castro Alves poderiam remeter a essa formação discursiva, e de forma eles manifestam o posicionamento do autor dentro dela? Por fim: que papel podemos atribuir à influência árabe e islâmica dentro do conjunto da obra de Castro Alves? Preocupar-nos-emos basicamente destas questões a partir da seção seguinte.

2 Castro Alves, um baiano voltado ao Oriente

Nascido após quase duas décadas do início da Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, Castro Alves seria testemunha ocular de vários acontecimentos sociais que agitaram o reinado do imperador Dom Pedro II. Entre os mais elogiáveis, destaca-se

a importante campanha abolicionista que explodiu em todas as regiões brasileiras, em algumas instituições como o exército e em alguns segmentos da classe média; os profissionais liberais da época, entre eles, poetas, escritores e dramaturgos, em muitos momentos defenderam, com seus trabalhos literários, o fim da escravidão no Brasil. Castro Alves é considerado o mais expressivo representante de sua geração, e também o último poeta de estirpe do Romantismo brasileiro. Amante das causas políticas e sociais, dotou a sua obra artística de um senso de liberdade que terminaria por alçar a sua poesia à condição de causa pública, à causa do oprimido contra o opressor, à causa do escravo contra o seu senhor.

Embrenhado nessa militância abolicionista, o poeta baiano procuraria se acercar dos conhecimentos bíblicos, com a finalidade de compreender os motivos pelos quais a sociedade brasileira, o governo imperial e a igreja fundamentam e aceitam a existência da escravidão. Dessa procura pelas origens dos mitos religiosos que justificam a escravatura, decorrem poemas clássicos como *Vozes d'África*, em que Castro Alves apresenta sua oposição à escravidão, valendo-se de um verbo contestador e eloquente, marca que tão bem o caracterizou. É nesse ambiente textual religioso que encontraremos uma das formações discursivas que impactou fortemente a obra castroalvina.

Sobre esse ponto de vista bíblico discorrem vários críticos literários, entre eles Alfredo Bosi, que num valoroso estudo acerca de Castro Alves, intitulado *Sob o signo de Cam*, percorre as várias narrativas contidas no livro sagrado do cristianismo, especialmente o Velho Testamento, para fundamentar a sua tese de que a colonização portuguesa se valeu de artifícios religiosos, como o mito do pecado original, para construir e consolidar a ideologia escravocrata na sociedade brasileira:

O fato é que se consumou em plena cultura moderna a explicação do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana. A referência à sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua

punição como o evento fundado de uma situação imutável. (BOSI, 1992, p. 258)

Associando seu lúcido trabalho à poesia de Castro Alves, num ponto de vista que esclarece a nítida oposição do poeta a essa sujeição humana, submissão que coloca o artista militante diante da necessidade de se opor, como romântico, como homem de seu tempo, a essa rejeição das gentes africanas, utilizando-se, para tanto, o “trabalho com materiais míticos, históricos e literários que, apesar de sua aparência dispersiva, acabam incidindo todos, no escândalo milenar da escravidão africana” (BOSI, 1992, p.260).

É justamente no momento em que abrimos caminho nessa aparente dispersão da influência cristã na obra de Castro Alves que vamos encontrar um dos temas mais caros às gentes árabes: a história da sua genealogia sagrada. O poeta transporta para seus versos antiescravagistas, com a tematização do êxodo forçado de Agar e de seu filho Ismael, conforme se observa da quarta décima, extraída da quinta parte do poema *O Navio Negroiro: tragédia no mar*, uma de suas obras mais famosas:

São mulheres desgraçadas,
Como Agar o foi também.
Que sedentas, alquebradas
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com túbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
N'alma – lágrimas e fel...
Como Agar sofrendo tanto,
Que nem o leito de pranto
Têm que dar para Ismael.
(ALVES, 1986, p. 282)

Observa-se que, ao trabalhar o tema da vinda dos escravos para o Brasil, Castro Alves, valendo-se do livro de Gênesis⁴, optaria por aliançar a mística e a historiografia árabe à sua poeticidade. Nesse caminho, lembraria a origem religiosa das gentes árabes, que se consideram descendentes de Ismael, o filho de Abraão com a escrava egípcia Agar, conforme atesta o professor Mahdi Abdul Hadi, em um dos seus artigos sobre a história da cidade de Jerusalém:

⁴ Livro de Genesis, 21:14-21. No versículo 18, consta a promessa feita a Agar, de que faria do seu filho uma grande nação: “Ergue-te, levanta o moço, e pega-lhe pela mão, porque dele farei uma grande nação”. A 14ª Surata de Ibrahim – Abraão, revelada em Makka contém 52 versículos e nela consta a lembrança das rogativas que Ibrahim faz a Allah e no versículo 39, o texto diz: Louvado seja Allah que, na minha velhice, me agraciou com Ismael e Isaac! Como o meu Senhor é Exorável!

Por volta do século XVIII a.C., Abraão veio de Ur, no sul da Mesopotâmia, para a terra de Canaã. Ele se estabeleceu nas cercanias do Vale do Jordão. Visto que nem o velho e nem o Novo Testamento não haviam sido revelados durante sua vida, Abraão não era nem judeu nem cristão, mas um crente na unicidade de Deus. Ele é descrito no Gênese como tendo adorado "o mais alto Deus". O Corão menciona que ele era um "muçulmano", não na acepção moderna de alguém que segue as leis reveladas no Corão, mas sim no sentido de ter entregue "sua submissão à vontade de Deus". Assim, cristãos, muçulmanos e judeus ainda rogam por ele em todas as suas preces, como acreditam que Deus lhes exortou a fazerem. *Agar, a concubina de Abraão, lhe gerou seu filho Ismael, de quem os atuais muçulmanos traçam sua descendência*; entretanto, sua mulher Sara gerou-lhe o filho Isaac, do qual os atuais judeus traçam sua linhagem. Abraão se mudou para um lugar perto de Hebron (al-Khalil), onde viveu pregando o monoteísmo. Quando morreu, Ismael e Isaac sepultaram-no na mesma cova onde sua mulher Sara foi sepultada. Seu filho Isaac gerou Jacó (Israel) que viveu na região de Harran (Aram). (HADI, 2022, n. p., grifos nossos)

Nessa bifurcação genealógica, a comunidade judaico-cristã fundamentou sua ascendência em Isaque, o filho de Abraão com Sara⁵, que, tomada de ciúmes e com temores de que a sua primogenitura não fosse reconhecida, mandou Abraão expulsar Agar e seu filho Ismael. Desta forma, a história dos fundadores da religiosidade árabe termina, no livro sagrado dos ocidentais, com a promessa divina de edificação de uma grande nação, quando Deus, depois de ter se compadecido das súplicas de Ismael, ainda criança, enviou um anjo para falar a Agar: *Ergue-te, levanta o moço, e pega-lhe pela mão, porque dele farei uma grande nação.*⁶

Desta forma, Castro Alves assimila, ainda que parcialmente, nesse poema, a versão mítica da fundação da nação árabe, narrada no livro de Gênesis, pois antes dessa promessa divina, o despedimento de Agar e seu filho Ismael gerara uma situação de abandono terrível, que o engenheiro e a arte do poeta baiano tematizou ao expor a tormenta de *Agar sofrendo tanto, / Que nem o leito de pranto / Têm que dar para Ismael*, opção que mais se coadunava com a situação de horror da travessia forçada das mães africanas para o solo brasileiro.

Nesse ponto, criamos condições para problematizar os efeitos de sentido produzidos no texto de Castro Alves pela associação a esse discurso. Ao trazer o mito de Agar para sua tessitura literária, o poeta abriria uma variedade de implicações que

⁵ O Livro de Gênesis, 20:12, relata que Abraão e Sara eram irmãos, por laços paternos. "E, na verdade, é ela também minha irmã, filha de meu pai, mas não filha da minha mãe; e veio a ser minha mulher".

⁶ Gênesis, 21:18.

não teríamos como afirmar que se manteria sob o controle de suas intenções. Inevitavelmente seu poema ecoa a história da religiosidade de um povo, o povo árabe, construída, desde o início, por experiências que abrem caminho para a ruptura com as discriminações étnicas e de classe, ao admitir, reivindicar para si, descender de uma escrava e de um filho “bastardo”, de um órfão paterno, razão pela qual não temos mais notícias de Ismael na Bíblia após esse ponto. No entanto, no Alcorão, a sua história continua até a formação de uma nação, a nação árabe. Este é, a nosso ver, um dado cultural importantíssimo, mesmo por seus impactos no mundo atual: nos países árabes, é uma raridade que haja crianças sem registro de filiação paterna.

Outro dado à qual nos remete o poema é a história de nossa tradição judaico-cristã, portanto europeia, que sempre via na bastardia uma custódia legal, fundamentada no versículo bíblico 23:2 do livro de *Deuteronômio*, que diz expressamente que “nenhum bastardo entrará na congregação do Senhor, nem ainda a sua décima geração entrará na congregação do Senhor”. Isso serviu perfeitamente para preservar as riquezas acumuladas pelos colonos europeus, quando de suas pilhagens pelos demais continentes, pois os filhos nascidos das escravas, assim como Ismael, não possuíam legitimidade para congregar-se à mesa da família cristã, e nem para reclamar o seu direito de quinhão na herança.

Para os colonialistas, os fazendeiros, os proprietários de escravos, não havia restrições; eles transitavam livremente nas igrejas. Deus se colocava ao seu lado, afirmavam os teólogos da época, especialmente os de ramificação católica e protestante, penalizando assim as vítimas, às quais, devido ao alto grau de cumplicidade entre as tradições e a cultura escravocrata, só restava seguir o mesmo destino de Agar, antes que houvesse qualquer demanda por reconhecimento filial, pois os versículos bíblicos prescreviam: *Deita fora esta serva e o seu filho; porque o filho desta serva não herdará com meu filho, com Isaque.*⁷

Essa orfandade paterna, trazida até nós, por força dessa tradição judaica-cristã, tem sido geradora de um fato social desestabilizador de nossa sociedade, façanha que o antropólogo, educador, crítico e escritor Darcy Ribeiro (2005, p.130-131) alcunhou de “ninguendade”. Só recentemente a sociedade brasileira iniciou as cobranças para

⁷ Gênesis, 21:10.

suprimir essa herança senhorial que ainda persiste em fazer parte da realidade de muitas crianças brasileiras, à semelhança de Ismael, deslegitimadas pelo pai.

Esse trabalho com a narração sagrada dos povos semitas, no caso os árabes e os hebreus, longe de parecer um caso fortuito nas produções escriturais de Castro Alves, já havia sido exposto por Jamil Almansur Haddad que, num estudo pioneiro sobre o autor de *Espumas Flutuantes*, reunido em uma obra valiosa em três volumes, *A Revisão de Castro Alves* (1953), entre outras afirmações acerca dessas marcas semíticas, demonstrou, por intermédio de vários poemas, especialmente no capítulo *A Herança e a Raça*, que a presença árabe se faz costumeira na poética do baiano.

Esse mundo árabe, islâmico, não era estranho e distante do poeta, que viveu, como todo baiano, em proximidade com os malês, escravos islâmicos do Norte da África, falantes da língua árabe, assim como com Luíza Mahin, uma das líderes do movimento que ficara conhecido como Revolta dos Malês e mãe do poeta Luiz Gonzaga Pinto da Gama, vendido pelo pai português ao fazendeiro, militar e contrabandista paulista, Antônio Pereira Cardoso. Luiz Gama, depois de conseguir sua alforria, tornou-se um abolicionista, conhecido pelo estilo humorado. Fez parte, juntamente com Castro Alves, de um grupo de liberais dispostos a lutar contra a prática da escravatura.

Esse contato com escravos arabizados é um forte indício da fonte das referências que Castro Alves faz a Antar Ibn Shaddad (580 d.C.), o poeta árabe de origem africana, pré-islâmico, quando declara, depois de fazer censuras aos trovadores nacionais por se apegarem demais às “muralhas de Alhambra”, que Antar ainda permanece vivo na memória daqueles que cultivam a ideia de liberdade, conforme se observa nos fragmentos IX, aposto em *Impressões Acerca das Poesias do Sr. A. A. de Mendonça*, a prosa do poeta baiano, pouco conhecida no meio literário:

Antar, o grande poeta árabe, vive nas memórias orientais. E quando, à noite, os filhos do deserto, não ouvindo o soar cadente da música, que acompanha os passos da virgem no remoinhar do *lazamem*, sentam-se à porta da tenda, cismadores e fantásticos, como essa terra do oriente, eles entoam, entre as baforadas do cachimbo esses cantos à lealdade, à coragem de Abla. E o Árabe, esse filho da liberdade, livre como o céu que tem sobre a cabeça, e o deserto sob as patas de seu cavalo, só tem um código – os poemas de Antar. (ALVES, 1986, p. 682)

Além desse tom elogioso às gentes árabes, consideradas pelo poeta baiano como os amantes da liberdade, é possível perceber, nesse fragmento, o quanto Castro Alves estava familiarizado com a historiografia e as tradições árabes. Nessa proximidade, concentraria, em poucas linhas, a história de um dos heróis mais festejados do mundo árabe, o guerreiro Antar Ibn Shaddad, filho de uma escrava africana chamada Zabiba, da região da Abissínia. Conhecido como o poeta do deserto, é também considerado o mais famoso de todos os tempos.

Renomado pelos seus feitos na guerra, por causa dos seus poemas e, sobretudo, pelo romance com a sua amada Abla, uma beduína popular, também famosa e cercada de lendas, Antar tornou-se o típico representante do heroísmo árabe. Suas façanhas são lembradas por Castro Alves, e ainda hoje enchem de júbilo os árabes do deserto. Na opinião de Yusof Talib e Faisal El-Samir, autores de *A diáspora africana na Ásia*, capítulo integrante da coleção *História geral da África*, obra preparada e publicada pelo Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África, seus poemas são considerados dos mais belos da Literatura Árabe:

Antar conquistou a sua fama durante a guerra de Dahis-Ghabrã, que opôs a *kabila* de seu pai àquela de Abu Dhubyian; ele se destacou por sua bravura e sua força física, graças às quais os seus se cobriram de glória. Mais tarde, ele foi alforriado e tornou-se um membro venerado de sua *kabila*. Os árabes classificam entre as mais belas criações da poesia Djãhiliya os versos que ele compôs sobre suas numerosas batalhas, suas venturas e seu amor por Abla, o que lhe assegurou uma posição honorável entre os poetas de Mu'allakât. Sua fama se estendeu a tal ponto que, nos últimos anos do Islã, suas proezas serviram de tema a uma gesta épica extremamente popular, intitulada *Sirat'Antar* (História de Antara). Ele é considerado um herói nacional pelos árabes. (SAMIR; TALIB, 2010, p.829-830)

Transplantada para a prosa do poeta abolicionista, a fama do poeta árabe Antar chegaria às nossas letras escriturais por força da convicção literária de Castro Alves, que, alçando-o à condição de exemplo da verdadeira liberdade – *livre como o céu* – valeu-se de sua história para compor suas reflexões acerca do grau de independência legítima de um cidadão, valor cultivado em sua trajetória de poeta, escritor, advogado e militante das causas daqueles que se encontravam em cativeiro, encarcerados nos ferros dos senhores e nas hipotecas legais das leis aristocratas brasileiras.

Conclusões: resgatar o discurso oculto nas letras brasileiras

Revista de Letras Norte@mentos

342

Estudos Literários, Sinop, v. 17, n. 47, p. 331-345, jan./jun. 2024.

As informações expostas acima nos sugerem que existe uma íntima analogia que envolve as linhas escriturais de Castro Alves, sua militância abolicionista e o mundo árabe. Afastamo-nos, desta forma, de um pensamento costumeiro no meio literário: o que tem como hábito classificar a produção escritural do poeta baiano como manifestos eloquentes próprios tão-somente da oratória abolicionista, como vemos mais ou menos explicitado na fortuna crítica mais conhecida.

Verificamos que, no que se refere ao posicionamento interdiscursivo, ocorre uma continuidade entre a poesia e a prosa de Castro Alves. Ela se expressa, a nível do conteúdo do texto, por uma construção metafórica que representa elementos da história e da cultura árabe e islâmica vinculando-os às noções de liberdade, igualdade e justiça idealizadas pelo autor. Porém, esse discurso, que optamos por chamar de *arabizante*, não se limita a uma conveniência poética ou argumentativa do texto castroalvino, que poderia ser substituída por qualquer outra equivalente; é, antes, uma maneira de estabelecer uma polêmica com as instituições e grupos irradiadores da formação ideológica dominante no contexto do Império brasileiro, especialmente a Igreja Católica, que chancelava a ordem social vigente, e os grandes proprietários de terras, que se valiam da escravidão para manter sua hegemonia. Podemos concluir que a presença das referências arabizantes em Castro Alves afirma, no nível do discurso, a validade, a profundidade e a representatividade da cultura árabe, que, tanto quanto ou até mais do que a cultura ocidental, carregaria uma concepção de sociedade e uma cosmogonia íntegra e completa, digna de ser mantida e reproduzida por seus praticantes.

A partir desse debate, podemos levantar, à guisa de conclusão, a necessidade de tornar o campo da literatura um espaço de contínuas revisões, não apenas para lembrar e aprofundar as abordagens já feitas sobre as obras, mas também para fazer ressurgir aspectos que foram ocultados ao longo do percurso da pesquisa e da crítica tradicionais. A discursividade árabe e islâmica presente nas letras de Castro Alves é, a nosso ver, um exemplo do que se insinua como uma perspectiva decolonial da literatura brasileira: um olhar questionador sobre a ideologia da mestiçagem e da conseqüente unicidade étnica que se julga existir na sociedade brasileira e em seus bens culturais. Nessa visão, pautada pelo eurocentrismo, os modelos políticos e filosóficos máximos seriam aqueles oriundos das sociedades europeias, em especial das metrópoles coloniais. Não é por acaso que, como expusemos no início deste estudo, os aspectos historicamente

ressaltados na obra de Castro Alves tenham sido sua retórica “socialista” (um movimento político surgido em contexto europeu), seu pensamento abolicionista e seu canto da “liberdade” como uma abstração (um dos ideais de movimentos revolucionários ocorridos na Europa) e seu projeto estético romântico, um tema, como os outros, referenciado nos movimentos culturais europeus, vistos como “universais”. A análise do discurso, assim, se coloca como recurso privilegiado para essa revisão decolonial, por estabelecer de saída a não-transparência e a não-evidência da linguagem, por afirmar a historicidade e a ideologia do enunciado e trazer à tona os posicionamentos subjetivos de um locutor, sempre passíveis de outras leituras.

Por meio desse posicionamento de Castro Alves, celebramos hoje que a posteridade brasileira possa também tomar conhecimento dos feitos de quatro personagens importantes que, pelas suas histórias, tornam o patrimônio cultural universal e brasileiro mais rico. Ismael, filho de uma escrava, fundara a religião árabe; Antar, outro filho de uma cativa africana, se tornara o mais famoso poeta do mundo árabe; Luiz Gama, terceiro filho dessa ignomínia humana, ficaria conhecido, entre nós, como o poeta e abolicionista brasileiro, a exemplo do poeta baiano. Todos, anelados pelo verbo lírico e contestador de Castro Alves. Ressoando, os quatro, como verdadeiros cavaleiros da liberdade, liberdade sempre perseguida pelos poetas do romantismo e estética e discursivamente trabalhada como um valor supremo pelo Poeta dos Escravos.

Referências

ALVES, Castro. *Castro Alves: obra completa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, volume único.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 15. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sulamericana, 1969.

HADDAD, Jamil Almansur. *Revisão de Castro Alves*. São Paulo: Saraiva, 1953 1, vol. 1, 2 e 3.

HADI, Mahdi Abdul. *A História de Jerusalém*. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABBSgAL/a-historia-jerusalem>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, R. *Análise do discurso e literatura*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PECHÊUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pechêux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. v. 4. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

SILVA, Arthur Ribeiro Costa. Desvios e discursividade em perguntas de leitura: ressignificando erros no diálogo com alunos. *Re-Unir*, v. 8, n. 2, p. 179-198, 2021.

Recebido em: 19/11/2023

Aceito em: 25/01/2024